

ASSOCIATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma ação educativa presente na APAB - em Riacho de Santana

Antônio Domingos Moreira¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
<https://orcid.org/0000-0002-2856-1219>

Arlete Ramos dos Santos²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
<https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>

RESUMO:

O presente artigo é fruto dos resultados do recorte da pesquisa do mestrado acadêmico realizado no período de 2018 e 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGEd-UESB. O levantamento de dados da pesquisa teve como lócus na Associação dos pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, no município de Riacho de Santana, que está localizado na Identidade do Território Velho Chico. Os objetivos da pesquisa, nortearam-se em analisar o associativismo, as práticas da Agricultura Familiar e o trabalho solidário a partir da economia solidária, uma ação coletiva na APAB. Para a execução da coleta de dados, o método utilizado foi o Materialismo Histórico Dialético – MHD, e os instrumentos de coleta de dados foram questionários e análise documental com os representantes da sociedade civil, elaborador de projetos, Direção e as Famílias vinculadas aos projetos da associação. Os sujeitos incluídos nesse contexto têm se organizado na perspectiva de políticas públicas como o PAA, PRONAF e o PNAE, uma das alternativas voltadas para contribuir na renda familiar dos agricultores.

Palavras chave: Associativismo. Comunidade. Políticas Públicas. Produção Sustentável.

¹ Mestre em Educação no PPGEd-UESB. Rede municipal de Ibotirama - BA. tony.dom1987@gmail.com

² Pós-doutor em Educação (UFMG), Professora Titular (UESB), arlete.ramos@uesb.edu.br

Associativism, family agriculture and solidarity economy: an educational action present at APAB - in Riacho de Santana

ABSTRACT:

This article is the result of the results of the research cut of the academic master's degree carried out in the period 2018 and 2019, in the Postgraduate Program in Education at the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd-UESB. The research data collection took place at the Association of Small Rural Producers of Pau Branco - APAB, in the municipality of Riacho de Santana, which is located in the Identity of the Velho Chico Territory. The research objectives were guided in analyzing the associativism, the practices of Family Agriculture and the solidary work from the solidary economy, a collective action in APAB. For the execution of data collection, the method used was Dialectical Historical Materialism - MHD, and the data collection instruments were questionnaires and document analysis with representatives of civil society, project designer, Management and Families linked to the projects of the Association. The subjects included in this context have been organized in the perspective of public policies such as PAA, PRONAF and PNAE, one of the alternatives aimed at contributing to the family income of farmers.

Keywords: Associativism. Community. Public Policy. Sustainable Production.

ASOCIATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR Y ECONOMÍA SOLIDARIA: una acción educativa presente en la APAB - en Riacho de Santana

RESUMEN:

Este artículo es el resultado de los resultados del corte de investigación de la maestría académica realizada en el período 2018 y 2019, en el Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Estatal del Suroeste de Bahía - PPGEd-UESB. La recolección de datos de la investigación ocurrió en la Asociación de Pequeños Productores Rurales de Pau Branco - APAB, en el municipio de Riacho de Santana, que se encuentra en la Identidad del Territorio Velho Chico. Los objetivos de la investigación se orientaron en analizar el asociativismo, las prácticas de la Agricultura Familiar y el trabajo solidario desde la economía solidaria, acción colectiva en la APAB. Para la ejecución de la recolección de datos, el método utilizado fue el Materialismo Histórico Dialéctico - MHD, y los instrumentos de recolección de datos fueron cuestionarios y análisis de documentos con representantes de la sociedad civil, proyectista, Gerencia y Familias vinculadas a los proyectos de la Asociación. Los temas incluidos en este contexto han sido organizados en la perspectiva de políticas públicas como PAA, PRONAF y PNAE, una de las alternativas encaminadas a contribuir al ingreso familiar de los agricultores.

Palabras clave: Asociativismo. Comunidad. Políticas públicas. Producción Sostenible.

Introdução

O presente artigo aborda a relevância do associativismo nos espaços comunitários, as práticas da agricultura familiar e o trabalho solidário a partir da economia solidária, que acontece por meio da ação coletiva na comunidade dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, no Município de Riacho de Santana, que está localizado na Identidade do Território Velho Chico, na Bahia. A pesquisa faz parte de um recorte da dissertação de mestrado acadêmico que aconteceu durante os anos de 2018 e 2019 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)³. O foco principal da abordagem da pesquisa aconteceu com a seguinte temática: “A Educação Não Formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB, no Município de Riacho de Santana – Ba”.

As práticas do associativismo voltado para a agricultura familiar e a economia solidária na APAB, têm sido fundamentais para a comunidade do Pau Branco, no sentido de que os produtores rurais saiam do anonimato e passem a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica. Esse movimento dialético dentro da associação evidencia o crescimento da produção da agricultura familiar, para que a comunidade fortaleça e tenha grandes oportunidades de alcançar os objetivos comuns e as políticas públicas nesses espaços.

Importante destacar que nas últimas décadas o associativismo tem ocupado espaços e é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida dos associados e toda comunidade, cuja participação nas ações voltadas para a solidariedade, a cooperação em torno de objetivos comuns, têm sido fundamentais para assegurar melhores formas de viver das pessoas, além de que, essas relações aborda a cultura permanente e o saber popular enraizado nesses espaços. Essa prática, mais do que uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social (MOREIRA, 2019).

A concepção de associativismo se deu com os interesses comuns a partir de iniciativas de cooperação e de trabalho coletivo, porém, somente a partir de 1990 é que as discussões ganharam consistência através da perspectiva do desenvolvimento local e social sob novas concepções e ideias as quais emergiram da concepção de sustentabilidade (FRANTZ, 2002). Ou seja, o conceito tradicional de desenvolvimento deu lugar ao conceito de desenvolvimento local, associado aos adjetivos de integrado e sustentável. Os fatores responsáveis por esta

³ É importante destacar que este trabalho se constitui como parte de um projeto de pesquisa mais amplo, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo da Cidade (GPEMDECC), intitulado “Políticas Educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR), aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com o CAEE nº 20028619.8.0000.0055, parecer nº 3.589.766. Além de compor um projeto guarda-chuva, esta pesquisa também foi aprovada, no referido comitê, pelo parecer nº 4.427.308 e CAEE nº 39461620.5.0000.0055.

mudança de paradigma são múltiplos e estão situados tanto no contexto nacional como no internacional, abrangendo variáveis econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais.

Compreendendo dessa forma, Frantz (2002) afirma que o associativismo é caminho para desenvolver, não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.

Entendemos nessa lógica, que o sistema cooperativo moderno poderá ser uma alternativa a uma economia mais humana ao não ser instrumentalizado por um ou outro dos grandes sistemas. Assim, um desafio que nasce da crise dos grandes sistemas é o da construção de uma concepção teórica e formação social em bases culturais, políticas e econômicas que possa acolher a liberdade individual e a necessidade do coletivo como dimensões de realização do ser humano.

O associativismo na comunidade de Pau Branco começou a desencadear com a participação coletiva dos associados ao acessarem o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, também o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Com esses programas na APAB, Moreira (2019, p. 10) afirma que

A emancipação política de uma sociedade tem tornado atores importantes para cobrar dos governantes a inserção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para os aspectos de uma produção agroecológica que contribua para a cultura desses pequenos produtores que residem naquele local.

Nessa abordagem o associativismo é uma porta de entrada para o fortalecimento da agricultura familiar no país, por reduzir custos, beneficiar a logística e o acesso ao mercado consumidor de forma democrática e solidária. E, se no campo a união faz a força no campo, essa relevância é ainda maior em trabalhos coletivos. Nessa primazia, a APAB, vem acessando as políticas públicas e um trabalho que os sócios projetistas têm se organizado dentro da associação e planejando o tempo alternativo entre o trabalho familiar que tem sido importante na renda da própria família, além de cursos de formação dessas pessoas, visando também uma comunidade coletiva, mais humana e igualitária.

Moreira, Santos e Lucena (2021), nas discussões recentes sobre a APAB, afirmam que a importância da agricultura familiar na comunidade de Pau Branco não é tudo em matéria de desenvolvimento na comunidade, mas é uma parte muito importante desse processo que esses sujeitos realizam na perspectiva de uma educação popular que preserva a identidade e a cultura

do local em que estão inseridos.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

As análises apresentadas nesse artigo são oriundas de uma revisão bibliográfica sobre as temáticas que abarcam as discussões sobre o associativismo em consonância com a agricultura familiar e a economia solidária na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB⁴. Também apresentamos dados coletados por meio de documentos e aplicação de questionários.

Em um primeiro momento, analisamos os principais documentos que sustentam a APAB - (Ata e Estatuto). Importante salientar que o surgimento da APAB se deu quando um grupo de pessoas da comunidade, ao sentir a necessidade de criar a Associação, reuniu-se em 13 de maio de 1989 na escola da referida comunidade para discutir e fundar a Associação na comunidade. Nesse mesmo dia foi registrada a Ata da primeira Assembleia Geral de fundação e, posteriormente, a eleição para a diretoria e o Conselho Fiscal da APAB.

Importante destacar que às análises, aconteceram a partir de uma aproximação com o método Materialismo Histórico Dialético - MHD, o qual destaca que é preciso conhecer a sociedade e seus aspectos históricos para trabalhar na superação das desigualdades sociais. A concepção teórico-metodológica de Marx, o ponto de partida para a análise da sociedade são os indivíduos reais e suas condições de existência, dado que para ele, a forma de organização da sociedade é que produz possuidores de capital ou de mercadorias de um lado e trabalhadores que possuem apenas a força de trabalho de outro, como resultado do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. E isto leva a dominação no interior das classes, dado que, até hoje, a história de toda a sociedade, “é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS: 1987, p. 106).

Nesse movimento dialético, as organizações e o trabalho coletivo na APAB, trazem informações valiosas e inéditas acerca do cotidiano dos produtores rurais da comunidade de Pau Branco (quintais agroecológicos familiares), bem como de práticas do trabalho cooperativo na sede da APAB (Cozinha Industrial)), assim como, revelam-se excepcionais na identificação e exploração de novas fontes. Todavia, pecam por não permitirem entender as relações entre o particular e o geral, entre o discurso e a prática efetiva, entre o imaginário e a base material concreta, pois partem apenas de “versões” dadas sobre fatos particulares, sem procurar

⁴ Dissertação disponível no site da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pelo link: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2020/03/ANT%C3%94NIO-DOMINGOS-MOREIRA.pdf>

comprovar sua veracidade na práxis social dos indivíduos em questão.

Sendo assim, como princípio metodológico Marx traz a Ideia da subjetivada, onde os sujeitos reais, família e sociedade civil, “circunstâncias, arbítrio” etc. convertem-se em momentos objetivos da ideia, reais e com um outro significado, no entanto deve-se buscar o todo e as partes, suas relações, rupturas e contradições (MARX, 2010; p. 30). Nesta investigação, o público-alvo contempla os seguintes sujeitos envolvidos nesse processo: As representantes da sociedade civil (Vereadora e Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR), elaborador de projetos, Direção (Gestão) e as famílias associados nos projetos aprovados na APAB.

Nesse sentido, Gil (2007, p. 17) afirma que a pesquisa é definida como,

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Os objetivos da pesquisa foram: 1) Analisar o associativismo e as práticas da agricultura familiar e da economia solidária na APAB; 2) Observar como estão organizadas as famílias em relação ao trabalho na associação; 3) Identificar as práticas formativas e o saber popular; 4) e por último, verificar as vivências/experiências desses sujeitos no associativismo. No Quadro 1, abaixo, o perfil breve dos (as) respondentes:

Quadro 1: Perfil dos (as) entrevistados (as)

<i>FUNÇÃO</i>	<i>ATUAÇÃO</i>	<i>PERÍODO</i>
Gestão (Direção) APAB	Gerir e coordenar as ações e as atividades da APAB	2015 a 2019
Famílias da APAB	Trabalhar em equipe, trabalho coletivo dentro da APAB	2015 a 2019
Sociedade Civil	Ações da Vereadora no município de Riacho de Santana/Ba e da Funcionária da Secretária de Desenvolvimento Rural da Bahia - SDR	2015 a 2019
Elaborador de Projetos	Elaborar, planejar e executar os projetos da APAB	2015 a 2019

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da APAB, 2020

A pesquisa aqui apresentada teve um caráter exploratório, isto é, busca uma primeira aproximação à questão apresentada, estabelecendo algumas interrogações, inclusive, considerando discussões teóricas sobre as temáticas especificadas, apresentando indicações para próximas pesquisas no âmbito do associativismo, suscitadas e descortinadas pelas particularidades do avanço nas últimas décadas (GIL, 2009).

Associativismo e Economia Solidária

O associativismo apareceu, historicamente, por meio das diferentes experiências, como

um instrumento para substituir o individualismo pelo coletivismo, reduzindo custos, riscos, promovendo a colaboração econômica das economias associadas com o objetivo de alcançar melhores resultados. Apesar das diferentes experiências, em diferentes áreas da economia e em diferentes países, existem alguns elementos comuns ao entendimento do associativismo (cooperativismo).

Esse raciocínio evidencia o otimismo e esperança em relação ao cooperativismo, seja no que se refere à experiência internacional, seja no que respeita à experiência brasileira, segundo Singer:

É possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperados e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos (Singer, 2000b, p. 28).

De acordo com ele, as cooperativas que vêm sendo formadas por universidades, sindicatos e Secretarias Municipais do Trabalho, entre outras iniciativas, deverão constituir uma vasta economia solidária no Brasil (Singer, 2000a, p. 150). Isso não quer dizer, contudo, que a economia solidária venha a se impor sobre as outras formas de produção. Singer vê uma convivência entre diferentes formas de produção. A economia brasileira estaria, nesse sentido, caminhando para uma economia mista "com uma certa presença de Estado, uma presença de economia socialista ou solidária forte, uma presença de produção simples de mercadoria e, quem sabe, até, uma presença grande de economia doméstica" (Idem, p. 165).

Assim, podemos enfatizar que o melhor conceito de políticas públicas, ou seja, na sua forma adjetiva, nas sociedades em que o estado político alcançou o pleno desenvolvimento, o homem passou a viver na "comunidade política", onde começou a ser tratado como ser "comunitário", e na "sociedade civil", passou a agir como simples indivíduo privado (MARX, 2010, p. 40). O conflito entre os homens deixou de dirigir-se ao Estado político e tornou-se um conjunto de pendências particulares e egoístas a serem resolvidas na sociedade civil.

A economia popular solidária tem suas raízes históricas nas atividades informais de setores populares que tomaram consciência "de que os Estados, os partidos políticos e os poderes estabelecidos não se preocupam de solucionar os problemas que os afetam" (HOUTART, 2001, p. 16).

Trata-se de uma iniciativa pragmática de quem espera pouco ou nada das instâncias formais de poder e parte à construção solidária de soluções para os seus problemas imediatos comuns. Lembra o autor, no entanto, "que o contexto global no qual agem os novos agentes da

economia solidária, seja de que tipo forem, condiciona muito fortemente sua existência e sua evolução” (Idem p. 22).

Para Radomsky (2006), a maneira como os atores sociais se vinculam e interagem constitui importante elemento para compreender os processos de desenvolvimento rural. O autor afirma que mesmo que as práticas econômicas e sociais tenham passado por um processo de mercantilização, “[...] agricultores têm realizado estratégias de reprodução social que se fundamentam em relações não mercantis” (p. 104).

A economia solidária pode ser caracterizada como um esforço de construção de uma alternativa à produção e de sua distribuição sob a lógica do capital. Isto é, no lugar dos interesses do capital, busca-se afirmar a primazia da centralidade humana, as necessidades de quem produz (MARÉCHAL, 2000).

Hoje, por meio de iniciativas de economia solidária e cooperativa, parece renovar-se a capacidade de reação e organização da sociedade civil, diante dos desafios que as transformações tecnológicas e o poder econômico - financeiro impõem, especialmente ao mundo dos trabalhadores.

Associativismo e Políticas Públicas: Agricultura Familiar e Economia Solidária na APAB

Para Abramovay (2006), a valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano intelectual, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância socioeconômica. O segundo plano é o das políticas públicas, principalmente após o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990.

Estas e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de famílias. No plano social, por último, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar.

O PRONAF, instituído em 1996 por meio do Decreto nº 1.946, foi planejado e implementado com base em uma discussão na qual se inseriu uma ampla rede de organizações, envolvendo diversas escalas governamentais, Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, dentre outros. Em seu desenho institucional inicial, o PRONAF foi organizado em três linhas distintas: i) Crédito, linha esta que, desde o início do programa, foi a principal em termos de volume de recursos (mais de 90% do total); ii) Infraestrutura e Serviços

Municipais, que a partir de 2003 passou a ser deliberada em âmbito territorial; e iii) Capacitação, que perdeu sua importância atualmente.

O PAA foi criado em 2003 por meio da Lei nº. 10.696, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Esse representou uma oportunidade para os agricultores familiares comercializarem a produção ao preço normalmente pago pelos equipamentos públicos (escolas, hospitais, etc.) aos intermediários, eliminando esse agente. Há diversos estudos que relatam a inclusão de atores sociais mais excluídos como assentados de reforma agrária no PAA, ou seja, é uma política que tem uma função de fornecer renda aos agricultores familiares, especialmente aos excluídos dos mercados.

É importante mencionar que os alimentos que são produzidos da agricultura familiar contribuem para a segurança alimentar e ao mesmo tempo o programa é importante fonte de renda para muitos agricultores familiares em todo o Brasil. Fazendo análise nessa lógica do PAA, foi criado o mecanismo de compras para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abrindo oportunidade para os agricultores familiares, além da melhoria da alimentação servida nas escolas.

A Lei nº. 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados para compras da agricultura familiar. No Brasil, os 30% representam cerca de 1 bilhão de reais. As compras em grande parte são realizadas pelos estados e municípios por meio das chamadas públicas com preços definidos nos mercados locais. Isso representa uma grande oportunidade de inserção dos agricultores familiares nos mercados locais, assim como, nas grandes cidades.

Nesse sentido, analisando o contexto da Associação - APAB, a capacidade produtiva está nas pessoas associadas e vinculadas aos principais projetos (PNAE, PAA, PRONAF), necessitadas e interessadas. Os agricultores familiares associados à APAB, tem buscado estabelecer o trabalho coletivo para buscar melhores condições de vida e romper a lógica do capital. Importante destacar que a penetração do capitalismo na agricultura familiar ameaça destruir as relações associativas e cooperativas, que permitem resistência à inserção ao sentido capitalista da vida. A degradação dos valores culturais associativos e a alienação poderão vir a ser mais destrutivas que a pobreza material de parte da população rural.

O processo produtivo está sendo sempre mais separado das necessidades dos trabalhadores, e, pela introdução de novos fatores de produção, submetido e instrumentalizado

pelos interesses de uma nova ordem, a ordem do capital. Aos indivíduos resta a resistência pela esperança na reorganização cooperativa, no contexto do processo da desintegração social, da derrocada dos “laços e redes humanas”, segundo Zygmunt Bauman (2001). Haverá uma nova chance ao movimento cooperativo? A organização a partir do Associativismo como instrumento de defesa, de esperança e de resistência faz parte da história da cultura, o saber popular e a agricultura familiar.

Organização e Gestão na APAB

A APAB, ao se tornar um órgão coletivo formalmente registrado nos órgãos competentes, passa a existir perante a lei. Os registros mais comuns são o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para que a mesma tenha direito de concorrer aos programas e políticas públicas nas esferas: municipal, estadual e federal. Sendo que a mesma está amparada na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares.

Para Altafin (2005), a produção familiar é orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família, Moreira (2019, p. 140) diz que,

No artigo 4º, percebemos aspectos que evidenciam características do trabalho: “Art 4º É objetivo da associação a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados” (ESTATUTO APAB, 2008).

Nessa vertente, Abramovay e Veiga (1999) consideram que a agricultura familiar passou a se fortalecer a partir do momento em que o Estado passou a considerar esse segmento como peça fundamental para o desenvolvimento brasileiro. Nesse contexto, o PRONAF foi determinante na transferência de renda para a agricultura familiar.

Segundo Moreira e Santos (2021), o objetivo da APAB é a cooperação formal entre sócios afins, a produção, trabalho e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis dentro da comunidade, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva da qual todos são beneficiários através dessa educação não formal. Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho no trabalho ou no setor econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para tornar emancipados e solidários numa sociedade menos injusta e menos desigual.

O processo de trabalho se tornou, também e ao mesmo tempo, mais exigente de qualificação para dar conta das operações com máquinas, ferramentas computadorizadas, baseadas em microeletrônica e cada vez mais precarizado, em decorrência do desalojamento das ocupações e da expulsão dos trabalhadores para a periferia estável ou vulnerável, ou mesmo para as franjas do sistema (FARIA, 2004).

Diante do atual contexto hegemônico, marcado pela simultaneidade de um expressivo avanço tecnológico ao lado de um conjunto de desafios sociais - estes advindos de uma produção problemática de riqueza, na qual persistem a desigualdade social, as crises econômicas, o desperdício mercantil e a degradação dos ecossistemas - a construção de alternativas sistêmico-organizacionais que possibilitam reverter esse quadro torna-se uma necessidade cada vez mais evidente, possibilitando, assim, o funcionamento efetivamente sustentável e durador do metabolismo social entre os humanos (MÉSZÁROS, 2002; HARVEY, 2011).

Nesse sentido, as práticas dessas unidades produtivas ditas autogeridas não são suficientes para que sejam consideradas constitutivas de mudanças na estrutura de reprodução sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2002). A distinção entre autogestão e empreendimentos com características auto gestonárias não é um preciosismo acadêmico, mas uma necessidade crítica que permite avaliar com rigor a potência desses empreendimentos. A sobreposição conceitual exprime uma falsa análise da realidade, criando um obstáculo à reflexão crítica sobre ela.

Tratamento e análises dos dados

Com o objetivo de analisar as formas de organicidade bem como o trabalho coletivo/cooperativo e a autogestão no associativismo da comunidade de Pau Branco no município de Riacho de Santana/Ba, foi utilizado o questionário com a Direção, Famílias selecionadas que conhece todo processo histórico da associação, de sua fundação aos dias atuais, duas representantes da sociedade civil de Riacho de Santana e o elaborador de projetos que elaborou as propostas para execução de alguns programas como o PRONAF, PAA e o PNAE. A pesquisa teve um recorte de 2015 a 2019 para analisar as ações do trabalho cooperativo/coletividade e o gerenciamento desse trabalho em grupo.

O caráter associativo desses empreendimentos não confere qualquer garantia de contraposição às regras operacionais da estrutura capitalista (MÉSZÁROS, 2002). Nesse sentido, a APAB vem articulando dentro do seu espaço o conceito de associativismo que está relacionado à utilização de métodos e técnicas específicas de trabalho capazes de estimular a

cooperação, a coletividade, a auto confiança, exercitar a ajuda mútua entre os participantes, estimular a parceria, fortalecer o capital humano, melhorar a qualidade de vida, apoiar ações de produção e comercialização coletivas, o saber popular, a educação não formal e outras características que incorporam dentro da APAB.

Tabela 1 - Informações básicas sobre a Associação de Pau Branco

Número de Associados na APAB	105
Número de sócios ativos	65
Número de sócios inativos	40
Sexo feminino na APAB	63
Sexo masculino na APAB	42
Número de sócios projetistas na APAB	40
Número de sexo feminino nos projetos da APAB	44
Número de sexo masculino nos projetos da APAB	16
Taxa de contribuição mensal na APAB	R\$ 2,00 reais
Taxa de contribuição dos sócios projetistas pelos projetos aprovados e executados na APAB	10%
Extensão territorial da sede na APAB	Aproximadamente um hectare

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB, 2020

A partir dos dados coletados junto a direção da APAB e aos sócios projetistas, percebemos um número maior de mulheres em comparação com os homens que realizam trabalhos nos espaços da associação. Observamos que no contexto do associativismo o protagonismo feminino tem destaque forte pela prestação de serviço com qualidade, pois elas passaram a se dedicar diretamente aos projetos que visam o desenvolvimento social e humano, por meio de ações que promovem a autoestima, autonomia, melhores condições de vida, cidadania, respeito à pluralidade, igualdade de oportunidades e inclusão social. Foi uma conquista importante das mulheres na APAB, uma vez que elas mostraram o potencial adquirido nas diversas atividades que foram aparecendo ao longo dos anos na APAB.

Assim sendo, o trabalho não é apenas um recurso econômico, mas também, como princípio educativo, de desenvolvimento de necessidades sociais, auto estima e espaços próprios. A maior participação feminina no mercado de trabalho e a geração de renda própria redundam também em um aumento do nível de autonomia das mulheres, maior satisfação com suas vidas e melhoria de seu poder de negociação no interior da família. Elementos culturais, como o reconhecimento de seus direitos e a maior presença de mulheres na esfera pública, o aumento de seu nível de educação e maiores expectativas de desenvolvimento autônomo, estão, também, por trás do aumento de mulheres no mercado de trabalho (OIT, 2009). Os dados coletados na APAB evidenciaram que o trabalho desenvolvido pela mulher é tão relevante como qualquer trabalho que é desempenhado por um homem em outras atividades.

Na tabela 02 abaixo, destacamos as faixas etárias do sexo masculino e analisamos os dados para

verificar como são executadas essas políticas nesses espaços.

Tabela nº 02 - Faixa etária dos sócios do sexo masculino na APAB

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE SÓCIOS	PERCENTUAL NA APAB
<i>Até 30 anos de idade</i>	15 Sócios Projetistas	36%
<i>30 a 40 anos de idade</i>	08 Sócios Projetistas	19%
<i>40 a 50 anos de idade</i>	07 Sócios Projetistas	17%
<i>50 até 60 anos de idade</i>	12 Sócios Projetistas	28%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB, 2020

Os dados apresentados dos sócios projetistas do sexo masculino que fazem parte das ações na APAB, demonstram números para analisar os programas e esse trabalho coletivo que operam na associação. Procurando contemplar a variedade de práticas na APAB - suas diferenças no que diz respeito às atividades e às formas de organização e aos objetivos, entre outros aspectos - , bem como o caráter relacional das práticas participativas e representativas, adotamos aqui uma perspectiva analítica que apresenta diferenças importantes que balizam, de forma substantiva, graus variados de possibilidades e de limites para o estabelecimento de relações positivas entre as práticas associativas e o desenvolvimento de indivíduos, de práticas e/ou de instituições democráticas.

Resgatando a literatura sobre o associativismo, Warren (2001) sistematiza, num plano mais genérico, três conjuntos de benefícios - diretos ou indiretos - democráticos decorrentes das práticas associativas, quais sejam, efeitos no desenvolvimento individual - como sentimento de eficácia política, provisão de informações mais qualificadas, de habilidades políticas, de pertencimento coletivo, de socialização, de desenvolvimento de virtudes cívicas, de formação de lideranças políticas; efeitos na esfera pública, criando espaços de debates, expondo relações de desigualdades e de injustiças sociais e representando diferenças; e efeitos institucionais, seja criando instituições participativas, subsidiando políticas públicas e/ou ampliando as bases de representação política.

Sobre a faixa etária dos sócios do sexo masculino que estão atuando na APAB mostram que: até 30 anos têm 15 sócios o que corresponde a 36% atuando de forma constante, onde podemos perceber que teve a maior predominância de idade em atuação na APAB; já na faixa de 30 a 40 anos, têm 08 sócios com atuação nos trabalhos da APAB, sendo 19% de sócios; dentro da faixa etária de 40 a 50 anos têm 07 sócios o que corresponde a 17% dos associados do sexo masculino que atuam na APAB; e por último, de 50 até 60 anos, têm 12 sócios que totaliza 28% que participam das atividades e estão regularizados tanto de forma documental como as obrigações de acordo com o estatuto que rege a APAB.

Tabela nº 03 - Faixa etária das sócias projetistas do sexo feminino na APAB

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE SÓCIOS	PERCENTUAL NA APAB
Até 30 anos de idade	28 Sócias Projetistas	28,45%
30 a 40 anos de idade	21 Sócias Projetistas	33%
40 a 50 anos de idade	07 Sócias Projetistas	11%
50 a 60 anos de idade	07 Sócias Projetistas	11%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB, 2020

Nas análises dos dados sobre a faixa etária do sexo feminino que atuam na APAB, com as execuções e os trabalhos participativos/coletivos e as políticas públicas, nesse sentido, trazemos alguns dados importantes: As mulheres que atuam na APAB até 30 anos de idade, têm 28 sócias o que corresponde a 28, 45%; já de 30 a 40 anos, têm 21 sócias, e registrando 33% de mulheres, a faixa etária que apresenta mais mulheres nos espaços da associação; de 40 até 50 anos, têm 07 sócias, sendo 11% dessas mulheres que estão associadas nos projetos da APAB; de 50 até 60 anos, também têm 07 sócias com 11% ocupação nas atividades e trabalhos da referida associação.

Essas análises são importantes para a temática em questão. Primeiro, é importante registrar que, de forma geral, elas parecem sustentar o que pesquisas empíricas sobre o associativismo e as políticas têm afirmado: o envolvimento em práticas associativas potencializa, dependendo do contexto político. Coradini (2007) afirma, por exemplo, que a intensificação da concorrência do associativismo no Brasil em virtude da redemocratização tornou o capital desse conceito um importante recurso político. Os dados mostram que entre 1994 e 2003, o crescimento dos vínculos associativos foi bastante favorável.

Tabela nº 04 – Dados sobre o PAA na APAB

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA - APAB

<i>Ano do projeto</i>	2015
<i>Valor do projeto</i>	535.997.70 Reais
<i>Valor destinado a APPAB</i>	53. 597. 07 Reais
<i>Valor cada sócio projetista recebeu</i>	8.000 Reais
<i>Número de sócios projetistas</i>	66 Projetistas
<i>Número de homens</i>	09 Homens
<i>Número de mulheres</i>	57 Mulheres

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Gestão APAB, 2020

No que se refere ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que foi aprovado em 2015 na APAB, a partir da pesquisa realizada, os números financeiros apresentam um valor considerável do projeto aprovado e executado pela associação. É importante frisar que a partir das informações repassadas pela direção, foi um ano em que APAB teve o maior projeto aprovado no aspecto financeiro, e um número grandioso de mulheres na execução desse projeto. Isso mostra como o associativismo foi fundamental para a referida associação da comunidade de Pau Branco, que ajudou na renda familiar desses pequenos agricultores e emanciparam nas

suas atividades organizativas e produzindo os alimentos de forma sustentável e agroecológica.

Esses dados da APAB nos levam a entender que esse tipo de participação do associativismo na esfera pública não é apenas uma porta de entrada e alternativas para os sócios projetistas no sistema político pela luta de políticas públicas, mas também, uma marca importante da trajetória daquelas que acessam esses programas, pelas portas tradicionais e avançam pelos seus direitos.

Questionários com Representantes da Sociedade Civil, Elaborador de Projetos, Direção e Famílias da APAB

Algumas associações têm sido destaque no município de Riacho de Santana pelo trabalho da educação não formal de forma coletiva, solidária, cooperativa, social e humana. Nesse sentido, investigamos a procedência da Associação dos Pequenos Produtores rurais de Pau Branco – APAB, e percebemos que nos últimos anos, esta tem sido destaque municipal na maneira de gerir e organizar esse trabalho coletivo/participativo. Partindo dessas premissas, além da APAB, algumas pessoas da sociedade civil se dedicam para que esse trabalho que tem ajudado a comunidade de Pau Branco aconteça, a exemplo do projetista que elabora os projetos da associação mais uma vereadora do município de Riacho de Santana/Ba, e também uma funcionária da Secretária de Desenvolvimento Rural - SDR. Assim, resolvemos acrescentá-la como sujeito da pesquisa para melhor compreender qual o papel que essa desempenha junto aos órgãos públicos para que as associações do município tenham êxito.

Analisando quanto ao aspecto de emancipação dos sujeitos, e ao ser questionada sobre os trabalhos desenvolvidos, os avanços da educação popular e desse conhecimento na associação pesquisada, que se trata de um espaço não formal, se estes têm contribuído para a formação como sujeito emancipado, respondeu da seguinte maneira a vereadora:

A educação não formal nos espaços informais ocorre num processo indireto e contínuo onde as pessoas recebem a formação e, sem perceber vão gradativamente acumulando saberes e tornando-se sujeitos emancipados. Houve uma época em Riacho em que muitas associações foram usadas pelo poder público para receberem benefícios. Tal atitude atrapalhou a vida de tais associações que ficaram inviabilizadas para funcionar, a ponto de terem que desfazê-las e constituir nova associação, isso só para ilustrar e dizer que hoje as nossas associações não caem mais nessa armadilha, por isso considero que a formação que elas recebem tornam seus membros sujeitos(as) emancipados. Outro fator que os(as) tornam emancipados(as) é a valorização que os governos do PT no estado vêm dando as associações com disponibilidade de acesso a editais para concorrerem a projetos diversos (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

É importante ressaltar que o associativismo viabiliza mais participação e espaços de

diálogos entre a sociedade organizada e o poder público. A mobilização de um grupo de pessoas da comunidade para alcançar determinados objetivos fica muito mais fáceis e traz melhores resultados se for realizada em parceria com uma entidade associativa. É fundamental para o desenvolvimento de um município apoiar e valorizar as instituições já existentes ou estimular a criação de novas – o órgão público tem importante papel nesse sentido. Priorizando o atendimento coletivo, ele pode auxiliar a sociedade a se articular para buscar melhorias para os pequenos e médios produtores/agricultores daquele local.

No que diz a respeito aos aspectos de lucros das associações no município de Riacho de Santana, ao questionarmos, a Vereadora, esta desferiu a seguinte afirmação:

Como cada uma foi criada sem fins lucrativos essas que avançaram mais buscam emancipar seus associados, investindo em projetos que contribuem para isto. Como é o caso de Pau Branco, Movimento de Mulheres Camponesas. Arapis (apicultores). Já a ABEPARS e AECOFABA dedicam a uma educação emancipatória através da pedagogia da alternância (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Embora a base fundante do associativismo sejam a solidariedade e a cooperação deve-se reconhecer que há outras formas de sociabilidade como é o caso do sentimento de pertença a uma classe, a cultura local e o desenvolvimento coletivo. Nesse sentido, Thompson (1987), afirma que há cidadania dos trabalhadores rumo ao seu desenvolvimento social, cultural e econômico.

Para a vereadora, pelas análises sobre os acompanhamentos que têm feito nas associações de todo município, as associações mais desenvolvidas no aspecto jurídico, físico e organizacional são:

No município vem se destacando as associações de Pau Branco, Movimento de Mulheres Camponesas e de Santo Antônio. Esses acreditaram, investiram em formação, uniram, reuniram, ousaram e avançaram na construção de projetos com políticas de fortalecimento do associativismo, economia solidária, agricultura familiar e são destaque no município, principalmente, pela produção e comercialização. A associação dos Apicultores destaca-se na produção do mel, a associação de Terra do Arroz pela cadeia produtiva do leite e tantas outras que aderiram ao Programa Minha Casa Minha Vida como Mata do Sapé e Sambaíba Quilombolas da Serra, Associação do Agreste no Baixiu e do Pau Branco (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Interessante ressaltar a capacidade do associativismo de reduzir desigualdades sociais, e por esse meio, operar seus efeitos benignos sobre a desigualdade política parece também pouco clara. É frágil postular, por exemplo, que desigualdades sociais não se repliquem em desigualdades associativas - entre associações com acessos diferenciados a recursos, entre

grupos organizados e não-organizados. Aqui, é de se indagar em que medida o acúmulo de "capital social" seria significativamente independente da distribuição de outros recursos, de modo, por exemplo, a tornar mais competitiva (menos hierarquizada) a distribuição de recursos que afetam a igualdade política.

Sobre as Políticas Públicas inclusivas, a análise da Funcionária da SDR (2019) responde:

Venda da produção para Mercado Institucional: Projeto produtivo (construção e equipamento de agroindústria) para processamento de frutas e seus derivados; implantação de projetos para produção de mudas de umbu gigante e maracujá nativo; distribuição de mudas de palma; distribuição de mudas frutíferas e essências florestais; projetos de construção e limpeza de aguadas; abertura e instalação de poços artesianos; luz para todos; construção de cisternas de produção; trator e implementos agrícolas. (Funcionária SDR, 2019).

Nessa lógica, conhecer o potencial da APAB e seus atores locais, é fundamental para o crescimento e a inserção de Políticas Públicas. Uma análise pautada nas relações estabelecidas entre cultura solidária, a política e o desenvolvimento local nas esferas públicas. Essa metodologia aplicada pela APAB é um padrão associativo e de participação societal como um dos requisitos necessários à efetivação das novas associações no município e, por extensão, à consolidação da democracia.

Quanto ao “Elaborador de Projetos” na APAB, ao questionar que a pesquisa evidenciou que nos últimos anos houve um grande avanço no associativismo desta. Sendo assim, como foi a atuação do mesmo para que isso acontecesse. A resposta foi o seguinte:

A Associação continua a participar das discussões no CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Riacho de Santana, CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Riacho de Santana, Reuniões do CDT - Conselho de Desenvolvimento Territorial e Rede de Comercialização “Velho Chico”, Essa participação dos representantes da APAB, que faz toda diferença na hora de acessar os Editais que são publicados juntamente comigo. Diante destas estratégias, a associação vem regularmente acessando o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, vendendo os produtos de seus associados para o município de Riacho de Santana e, recentemente, foi contemplada com um Projeto de Requalificação de Agroindústria, através do Programa da CAR/SDR, Governo do Estado da Bahia (Elaborador de Projetos, 2019).

Ainda sobre a APAB e seus avanços, o elaborador de projetos se posicionou sobre as ações: “Como uma entidade atuante, bem desenvolvida, empreendedora, boa gestora de recursos públicos e que está sempre lutando por projetos de fortalecimento da mesma e dos/as sócios/as” (Elaborador de Projetos, 2019).

Para um dos representantes das famílias, destacou-se uma questão: Vocês ficam impedidos de realizar outras atividades por conta do trabalho que são realizados na associação da APAB? Para esta questão, a Família B respondeu da seguinte maneira:

De forma alguma, as famílias conseguem organizar o tempo com a realidade que se vive, nossos trabalhos são organizados pela direção da APAB e repassado para o líder de cada grupo e aí somos informados de dia, hora e o tipo de trabalho a ser executado naquela data, ou seja, tudo é bem estabelecido e seguimos com maior cuidado para que as atividades sejam executadas com êxito. (Família B, 2019)

Percebe-se ainda na fala da Família B, que a produção se dá através da agricultura familiar. Já a Secretária da APAB, ao responder à pergunta sobre a forma como é conduzido trabalho na questão no que diz respeito à Agroecologia e a economia solidária na Associação, essa explana da seguinte maneira:

Os sócios projetistas da APAB, são conscientizados e orientados para trabalhar em parceria com o meio ambiente, ou seja, desenvolver as atividades de forma sustentável sem nenhum tipo de agressão e nem o uso de agrotóxicos nas hortaliças que produzem no seu quintal para entregar na APAB e para enriquecer os alimentos nutricionais dentro da própria família (Secretária da APAB, Gestão de 2017).

A conscientização ambiental em consonância com a questão cultural e os valores sociais deixados de geração para geração, contribui significativamente nos espaços coletivos. A APAB, preserva essa identidade que valoriza a terra, a agricultura familiar, a questão das sementes crioulas, as árvores nativas. Isso mostra que a relação social e a vivência sustentável estão enraizadas naquela comunidade.

Considerações Finais

Os sujeitos envolvidos nesse processo se humanizam pelo trabalho coletivo, as relações solidárias e cooperativas uns com os outros. Essa relação precisa superar os seus estágios de vida instintiva para afirmar a cooperação contra a lógica do capital. A marca forte de um processo civilizatório mais humano é a substituição das relações instintivas de concorrência pelas relações de respeito, de solidariedade e de cooperação entre as pessoas com a natureza.

Acreditamos que ao realizar uma pesquisa sobre essa temática, a universidade reconhecer o lugar da cooperação e da solidariedade nas relações econômicas; reconhecer o seu lugar no contexto que não consegue mais acolher a maioria da humanidade e nem garantir a sustentabilidade da vida no planeta Terra; reconhecer que a solidariedade e a cooperação se impõem mais como necessidades que como meras opções; reconhecer que estamos diante de

uma crise dos grandes sistemas modernos de organização social que tem sua expressão na experiência de mercado capitalista e na experiência de planejamento estatal comunista.

Na APAB, os atores envolvidos nesse projeto de sociedade, classe ou segmento social aprenderam a expressar suas opiniões, ouvir o outro, construir sínteses e posições coletivas, planejar e realizar ações comuns. Não haveria grandes conflitos de interesse no interior de cada associado, tendo em vista que sua base associativa seria mais ou menos homogênea quanto à origem social, étnica e religiosa de seus membros. Há certa tendência de associados terem direitos iguais. Mais do que um instrumento que poderia ser utilizado para o compartilhamento do poder político, a associação é um espaço de socialização e agregação de interesses no interior de diversas classes e grupos sociais.

Neste sentido, a APAB teve como denominador comum o fato de que o associativismo se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, viabilizando maior participação social e estreitando os laços entre a sociedade organizada e o poder público, sob todas as suas dimensões, sendo assim, consideramos que o mesmo se insere como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social.

Contudo, o trabalho desenvolvido nesse espaço nos últimos anos, tem como propósito de romper contra a lógica do capital que reproduz estruturas de desigualdades presentes na nossa sociedade. O associativismo, assim como outras formas de movimentos sociais, possui suas especificidades e características, pois existem diferenças regionais, no grau de seu desenvolvimento onde ações como estas, surgem e se desenvolvem compatibilizando com as necessidades sociais contemporâneas de um desenvolvimento multicultural e solidário.

Referências

ABRAMOVAY, R. VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, DF: IPEA, 1999.

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2006.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar Brasília 2005**. Disponível: <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/>. Acesso em: 20 maio. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Brasil. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação

escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

Brasil. **Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Poder Executivo, Brasília, 3 jul. 2003. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm. Acesso: 20 maio 2022.

CORADINI, Odaci L. "Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil". **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 181-203. 2007.

FARIA, José Henrique de. **Economia Política do Poder: fundamentos**. Curitiba: Criar, 2004.

FRANTZ, Walter. Organização cooperativa. Campo de educação e espaço de poder. In: **Perspectiva Econômica**, v. 37, n. 119, Série Cooperativismo n. 52, p. 65-84. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOUTART, François. **A economia solidária em seu contexto global**. In: Ciências Sociais, Unisinos, v. 37, n. 159, p. 11-25, 2001.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social** /Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, (2010). (Coleção Marx-Engels).

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Antônio Domingos. (2019). **A Educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB no município de Riacho de Santana – BA. 2019**. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-

Graduação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista.

MOREIRA, Antônio Domingos; SANTOS, Arlete. Ramos. Associativismo e educação: um novo conceito de educar e emancipar os associados da APAB. **Revista Velho Chico**. v. 1 n. 2 (2021): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Bom Jesus da Lapa.

MOREIRA, A. D.; SANTOS, A. R.; LUCENA, E. A. R. M. O associativismo no município de Riacho de Santana -BA: desafios e perspectivas para o crescimento. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis, v. 6, e10418, 2021.

RADOMSKY, G. F. W. **Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural**. In: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios", in Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Betriz Costa (orgs.), **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia, Petrópolis, RJ, Vozes. (2000a),

WARREN, Mark. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University. 2001.

Recebido em: agosto 2022

Publicado em: outubro 2022